

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**
2 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3 **ATA 21/97 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

4 Aos treze dias do mês de novembro de 1997, reuniu-se no auditório da SMS, 2º andar,
5 para deliberar sobre a seguinte Pauta: **Eleições para o Núcleo de Coordenação;**
6 **Regimento das eleições e Assuntos Gerais.** Estiveram presentes os seguintes
7 conselheiros: Palmira Marques da Fontoura, Huguette Chinepe, Giovana R. Monteiro,
8 Humberto Scorza, Joel Orestes B. Soares, Ricardo Rühling, Alba Souza Corrêa, Cecília
9 Nunes Pedroso, Maria Alice P. G. Calvete, Waleska Antunes da P. Pereira, Valdívnia
10 Gonçalves Lucas, Clélia Machado, Maria Ivone Dill, Regina C. de Alencar Rodrigues,
11 Amaro Silva de Souza, Juracy Castro Correia, Rodolfo Santo de Camargo, Taísa P.
12 Rodrigues dos Santos, Adilson Bier, Cláudia Pereira, Cláudio Garcia Teixeira, Neusa
13 Maria C. G. Teixeira, Célia Parraga, Maria Rejane Seibel, Fernando M. Prati, Elizabeth E.
14 Cassali, Joaquin C. F. Fernandes, Henrique Fontana Júnior, Jorge Abib Cury, Mauro Resin
15 Gayer, Deoclides F. de Almeida, Najara Cruz I. Machado, Neusa s. L. Heinzemann, Ana
16 Lúcia Valente Menzel, Volmir Francisco Scheneider, Elisete Mariane Neumann. Estiveram
17 presentes também os seguintes não conselheiros: Sebastião Nunes Pinto -CUT-RS,
18 Janete Mengue da Silva -U. Reabilitação, Luiz Ricardo -FEPAM, Leila Pereira Leite -SMS,
19 Sílvia Martins -CMS, Jane Pilar -CMS / Sec. Executiva Raquel C. Rodrigues -AFM, Amélia
20 Pereira Camargo- CLS 5, Adalgisa Balsemão Araújo -CUT-RS, Alberto Gabellini,
21 Teresinha Maraskin -GD 2-SMS. **Eleições para o Núcleo de Coordenação:** Conselheiro
22 Amaro inicia a discussão, retomando a proposta trazida pelos representantes da CUT na
23 reunião da semana passada, na qual o gestor não teria assento cativo no núcleo de
24 coordenação. Observa que os conselheiros da CUT têm participado das conferências e
25 criação de conselhos, e defendem nesses, que o gestor não deve ser membro nato da
26 coordenação deve sim participar obrigatoriamente do CMS. Considera que a decisão do
27 CMS cria desconforto para os conselheiros da CUT. Finaliza dizendo que é necessário
28 fazer ajustes no Regimento Interno, no item que trata do gestor como membro nato. A
29 partir daí é possível a consolidação de uma chapa de consenso e que em nenhum
30 momento foi objetivo da CUT retardar o processo eleitoral. Conselheiro Humberto propõe
31 que o plenário avalie a proposta de regimento eleitoral trazida para apreciação. Observa
32 que o regimento interno já foi discutido e votado portanto não cabe nesse momento
33 retomarmos a discussão do gestor participar ou não do núcleo. Propõe que num outro
34 momento seja reaberta essa discussão, que sejam elaborados textos para subsidiar o
35 debate. Sra. Adalgisa ex-presidente do CES observa que o regimento interno é um
36 instrumento do plenário, portanto cabe a esse que é deliberatório tomar decisões em
37 qualquer momento. A CUT entende e defende que o gestor não deve ser membro nato,
38 essa obrigação era do tempo da Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde - CIMS.
39 Lembra que quando o CMS definiu que deveria ser a SMS responsável pela construção
40 da U.S Bom Jesus a CUT esteve presente na defesa dessa proposta. Diz que é
41 importante a participação do gestor no núcleo, mas isso não deve estar escrito no
42 regimento interno. Essa decisão inviabiliza a eleição porque o gestor no município é um
43 só. Por isso propõe a retirada desse item do regimento interno. Conselheira Regina
44 questiona se o regimento interno já foi votado?, Jane esclarece que esse foi discutido e
45 aprovado na reunião do dia 25/9, faltando somente a apreciação pelo plenário da ata que
46 a conselheira questiona a legitimidade do quorum da reunião que aprovou o regimento
47 interno. Conselheira Regina diz que na comissão eleitoral discutiu-se a paridade para a
48 composição das chapas, mas a comissão não fechou posição. Na sua opinião a
49 Administração Popular incentiva o controle social, por isso não vê necessidade do gestor
50 ser membro nato do núcleo, isso poderia atrelar e institucionalizar o CMS. Conselheira
51 Giovana propõe que essa discussão se encerre, porque já foi superada; houve vários
52 argumentos no dia 25/9 e a plenária fizeram sua opção, portanto essa deve ser
53 respeitada. Conselheira Maria Alice esclarece que o regimento já foi discutido, votado e
54 aprovado em plenária específica no dia 25/9/97. Maria Luiza Jaeger, ex-secretária

55 municipal de saúde de POA fala que o conselho tem autonomia em relação ao gestor,
56 apesar de ser presidida pelo gestor até agora. O CMS não é um conselho popular e sim
57 um órgão governamental que faz parte do organograma da SMS. No CMS/POA a
58 população é maioria isso é uma vitória do movimento popular. Diz que até a
59 municipalização havia três gestores em POA, mas agora a gestão é do município.
60 Concorde com Humberto que é importante discutir e produzir documentos para subsidiar
61 o debate dessas propostas. Nesse momento o CMS deve ser fortalecido porque esse tem
62 algumas tarefas, diante da conjuntura desfavorável do SUS a nível Nacional. Conselheira
63 Rejane reafirma que a proposta do coletivo é reorganizar o núcleo, sendo essa uma
64 decisão do seminário de julho, nesse o controle social foi enfatizado. Entende como
65 contraditória a decisão do gestor ter participação garantida no núcleo, porque os demais
66 segmentos têm que disputar. O CMS deve ser deliberativo e fiscalizador. Conselheiro
67 Ricardo fala que no seu entendimento o regimento interno já foi deliberado mas mesmo
68 aprovado não quer dizer que a discussão não volte. Concorde com a presença obrigatória
69 do gestor, esse tem que ter compromisso. Conselheira Giovana propõe que se encerre a
70 discussão do regimento interno e siga a pauta. Conselheira Regina propõe que seja
71 votada a proposta de recurso, isto é, reabertura da discussão do regimento interno.
72 Conselheira Waleska esclarece que o que deve ser apreciado é se reabriremos hoje ou não a
73 discussão proposta pela CUT. Passou-se para a votação das propostas, ficando o
74 seguinte resultado, dois conselheiros votaram pela reabertura da discussão do regimento
75 interno, 23 votaram por não reabrir a discussão nesse momento e 02 se abstiveram.
76 **Regimento Eleitoral:** É distribuído para todos os presentes a proposta elaborada pela
77 comissão eleitoral. Conselheira Regina iniciou a leitura, ficando estabelecido que nos
78 artigos que não tiveram destaques, esses serão considerados aprovados. Foram
79 destacados os artigos 5º e 13º. Sra. Adalgisa propõe que ao final do parágrafo V artigo 5º
80 seja acrescido ao final “conforme artigo 6º do regimento interno” justificando que isso
81 facilita o entendimento dessa decisão. Os conselheiros aprovam. Conselheiro Amaro
82 propõe que no artigo 13º que refere-se a proporcionalidade, seja acrescido o termo
83 qualificada e ao final do texto, incluir “obedecendo a paridade com o segmento usuário”.
84 Foi aprovado. A proposta de edital foi distribuída e lida, havendo somente uma alteração,
85 incluir como no regimento eleitoral “conforme artigo 6º do regimento interno”. **Assuntos**
86 **Gerais: Semana da Consciência Negra.** Conselheiro Humberto comunica a todos que
87 haverá no dia 18/11 no largo Glênio Peres uma caminhada até a Igreja das Dores onde
88 terá missa dos quilombos. No dia 20/11 haverá uma solenidade às 17 horas em
89 homenagem ao dia da consciência negra na Câmara de Vereadores. **Orçamento do**
90 **Estado e PEC 169:** Secretário Henrique Fontana Júnior informa que dia 25/11 será
91 votado o orçamento estadual, as emendas populares nas quais insere-se a do HPS,
92 FAMURGS, (ASSEDISA) e COREDE’S não foram apreciadas pela Comissão de
93 Finanças. Lembra que em 1995 a emenda popular do HPS foi derrotada na comissão
94 de finanças, mas no plenário foi aprovado. Por isso é importante a mobilização do CMS
95 para contatar com os deputados. A PEC 169, está prevista para ser votada no dia 26/11
96 no Congresso. **II Encontro Nacional da Luta Antimanicomial** - Conselheira Huguette
97 informa que de 05 a 09 aconteceu o encontro com a presença de 20 estados e teve a
98 participação de países como Argentina, Uruguai, Venezuela, Chile, Paraguai e Cuba.
99 Vieram usuários que tiveram a oportunidade de relatar suas vivências, crítica a não
100 participação do CMS no evento. Logo após retifica que alguns conselheiros estiveram
101 presentes. Foi lembrado que o CMS encaminhou uma moção de apoio ao encontro.
102 **Semana da Restinga** - Conselheiro Adilson distribui o material de divulgação da semana,
103 terá diversas atividades, palestras sobre a importância da amamentação, ônibus da
104 saúde com informações sobre os programas. Pede a colaboração da SMS para reproduzir
105 o boletim do CLS 9. **Leitura da ata nº 20º:** A ata foi lida e aprovada sem modificações por
106 unanimidade. **Marcha dos Sem:** Jane informa que dia 28/11 será realizada a marcha dos
107 sem... moradia, política agrícola, educação, Saúde etc. Essa tem como objetivo denunciar
108 o descompromisso dos Governos Federal e Estadual com as políticas sociais, frisa que é

109 importante a participação do CMS. **Pauta para a próxima reunião do CMS:** Ficou
110 definido que dia 20/11 será chamado o SAMU, FESC e CMAS para discutirmos transporte
111 social e também o CMS vai discutir como será a organização do CMS para a marcha.
112 Nada mais tendo a tratar a reunião foi encerrada às 21 horas e 10 minutos. Que após lida
113 e aprovada será devidamente assinada Porto Alegre, 13 de novembro de 1997.

114

115

116 Maria Elaine Facioni
117 Secretaria do CMS/POA

Jane Pilar
Secretaria Executiva do CMS/POA
Ata aprovada na reunião Plenária do dia 20/11/1997.

118

119